

PROGEN PROJETOS GERENCIAMENTO E  
ENGENHARIA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e  
consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019

PROGEN PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Progen Projetos Gerenciamento e Engenharia S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Progen Projetos Gerenciamento e Engenharia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Progen Projetos Gerenciamento e Engenharia S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 19 às demonstrações contábeis, que menciona que a Companhia possui transações substanciais envolvendo empresas relacionadas. Neste contexto, o resultado do exercício poderia vir a ser diferente caso estas transações fossem realizadas com empresas não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1



Jairo da Rocha Soares  
Contador CRC 1 SP 120458/O-6

# PROGEN PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA S.A.

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado		
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes a caixa	10	17.371.434	7.064.404	28.739.741	7.580.520	Fornecedores	20.036.290	17.589.583	20.781.159	17.683.390	
Contas a receber de clientes	11	230.480.142	173.459.345	233.550.703	173.681.321	Empréstimos e financiamentos	46.973.187	19.855.286	47.153.023	19.855.292	
Partes relacionadas	19	15.000.000	-	15.357.101	-	Arrendamentos a pagar IFRS 16	6.535.554	-	6.535.554	-	
Tributos a recuperar	12	8.587.107	40.119.808	8.649.159	40.231.539	Obrigações trabalhistas e tributárias	120.070.968	78.943.172	123.031.607	79.211.559	
Outras contas a receber	11	5.105.596	6.732.010	5.601.299	7.451.236	Provisão de férias e encargos sociais	17.635.343	11.632.483	17.635.343	11.736.940	
Despesas antecipadas		664.553	496.253	664.553	496.253	Outras contas a pagar	1.547.145	2.795.771	2.580.756	2.795.771	
		<u>277.208.832</u>	<u>227.871.820</u>	<u>292.562.555</u>	<u>229.440.869</u>		<u>212.798.486</u>	<u>130.816.295</u>	<u>217.717.442</u>	<u>131.282.952</u>	
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Partes relacionadas	19	25.806.389	1.749.327	14.263.083	1.749.327	Fornecedores	567.259	-	567.259	-	
Depósitos Judiciais	18	422.074	950.334	422.074	950.334	Obrigações trabalhistas e tributárias	14.139.771	14.441.003	14.139.771	14.441.003	
Imposto diferido		3.699.573	3.699.573	3.699.573	3.699.573	Partes relacionadas	157.574	629.680	-	36.274	
Investimentos	13	10.234.782	1.390.283	9.041.367	-	Empréstimos e financiamentos	32.024.176	22.971.767	32.024.176	22.971.767	
Imobilizado	14	35.907.079	4.310.032	35.943.389	4.338.918	Arrendamentos a pagar IFRS 16	14.015.841	-	14.015.841	-	
Intangível	15	431.051	759.804	431.064	817.245	Provisão para perda de investimento	1.230.511	659	-	-	
		<u>76.500.948</u>	<u>12.859.353</u>	<u>63.800.551</u>	<u>11.555.397</u>	Provisão para demandas judiciais	3.283.291	2.149.279	3.283.291	2.149.279	
							<u>65.418.425</u>	<u>40.192.389</u>	<u>63.463.080</u>	<u>39.598.324</u>	
<b>Patrimônio líquido</b>						<b>Patrimônio líquido</b>					
						Capital social	57.680.612	57.680.612	57.680.612	57.680.612	
						Reserva de Lucros	16.418.894	10.648.516	16.418.894	10.648.516	
						Ajustes acumulados de conversão	1.393.362	1.393.362	1.393.362	1.393.362	
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores	75.492.868	69.722.490	75.492.868	69.722.490	
						Participação dos acionistas não controladores	-	-	(310.285)	392.500	
							<u>75.492.868</u>	<u>69.722.490</u>	<u>75.182.583</u>	<u>70.114.990</u>	
<b>Total do ativo</b>		<u>353.709.779</u>	<u>240.731.173</u>	<u>356.363.106</u>	<u>240.996.265</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u>353.709.779</u>	<u>240.731.173</u>	<u>356.363.106</u>	<u>240.996.265</u>	

# PROGEN PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	21	367.536.046	234.314.004	385.022.517	236.427.442
Custo dos serviços prestados	22	(294.396.675)	(198.929.840)	(307.986.377)	(199.336.289)
Lucro bruto		73.139.371	35.384.164	77.036.140	37.091.153
<b>Receitas (despesas) operacionais:</b>					
Despesas gerais e administrativas	22	(35.030.144)	(25.630.726)	(38.857.532)	(27.615.030)
Equivalência patrimonial	13	(3.010.407)	53.360	(2.323.748)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	23	(2.551.242)	4.323.202	(2.547.632)	4.328.381
Resultado financeiro líquido	24	(17.619.191)	(7.891.457)	(18.334.329)	(7.902.353)
		<b>(58.210.984)</b>	<b>(29.145.621)</b>	<b>(62.063.241)</b>	<b>(31.189.002)</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		14.928.387	6.238.543	14.972.899	5.902.152
Imposto de renda e contribuição social corrente		(7.521.862)	(2.333.675)	(8.269.159)	(2.378.276)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		7.406.524	3.904.868	6.703.740	3.523.875
Acionistas controladores		7.406.524	-	7.406.524	3.764.332
Acionistas não controladores		-	-	(702.785)	(240.457)
Lucro por ação		12,84	6,77%	11,62	6,11%

# PROGEN PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	7.406.524	3.904.869	6.703.740	3.523.875
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	621.537
Total do resultado abrangente do exercício	7.406.524	3.904.869	6.703.740	3.523.875
Total do resultado abrangente atribuível a				
Acionistas da companhia	7.406.524	3.904.869	7.406.524	3.764.332
Não controladores	-	-	(702.785)	(240.457)
	7.406.524	3.904.869	6.703.740	3.523.875

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# PROGEN PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de Lucros			Ajuste acumulado de conversão	Dividendos	Lucros Acumulados	Total	Participação de Não Controladores	Total do Patrimônio líquido	
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária							Reserva para investimentos e capital de giro
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>57.680.612</b>	<b>546.295</b>	<b>958.169</b>	<b>3.639.287</b>	<b>1.022.633</b>	<b>1.599.896</b>	<b>-</b>	<b>65.446.892</b>	<b>507.282</b>	<b>65.954.174</b>
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	370.729	-	-	370.729	-	370.729
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	3.904.869	3.904.869	(240.457)	3.664.412
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	125.675	125.675
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	927.406	(927.406)	-	-	-
Reserva Legal	-	195.243	-	-	-	-	(195.243)	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	556.444	-	-	-	(556.444)	-	-	-
Reserva para investimentos e capital de giro	-	-	-	2.225.775	-	-	(2.225.775)	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>57.680.612</b>	<b>741.538</b>	<b>1.514.613</b>	<b>5.865.062</b>	<b>1.393.362</b>	<b>2.527.303</b>	<b>-</b>	<b>69.722.490</b>	<b>392.500</b>	<b>70.114.990</b>
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	7.406.524	7.406.524	(702.785)	6.703.740
Distribuição de dividendos	-	-	-	(1.636.147)	-	1.759.050	(1.759.050)	(1.636.147)	-	(1.636.147)
Reserva Legal	-	370.326	-	-	-	-	(370.326)	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	1.055.430	-	-	-	(1.055.430)	-	-	-
Reserva para investimentos e capital de giro	-	-	-	4.221.719	-	-	(4.221.719)	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>57.680.612</b>	<b>1.111.864</b>	<b>2.570.043</b>	<b>8.450.635</b>	<b>1.393.362</b>	<b>4.286.353</b>	<b>-</b>	<b>75.492.868</b>	<b>(310.285)</b>	<b>75.182.583</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PROGEN PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	7.406.524	3.904.869	6.703.740	3.523.875
<b>Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:</b>				
Depreciação e amortização	2.191.324	1.211.052	2.198.239	1.280.495
Depreciação IFRS 16	1.404.389	-	1.404.389	-
Resultado de equivalência	3.010.043	(53.360)	2.323.748	-
Provisão para perdas em investimentos	1.229.852	-	-	-
Contingências Trabalhistas	1.134.012	-	1.134.012	-
Provisão de férias e encargos trabalhistas	1.972.373	-	1.867.916	-
Provisão imposto IRPJ e CSLL	-	2.333.675	-	2.378.276
Ajustes acumulados de conversão	-	621.537	-	621.537
Juros, variações monetárias e cambiais	4.278.014	64.130	4.565.365	67.695
Outras provisões	(619.870)	(1.532.621)	82.914	(1.532.621)
	<b>22.006.660</b>	<b>6.549.282</b>	<b>20.280.322</b>	<b>6.339.258</b>
<b>Decréscimo/acrécimo nos ativos e passivos operacionais</b>				
Contas a receber de clientes	(57.020.797)	(25.019.186)	(59.869.381)	(24.671.700)
Tributos a recuperar	31.532.701	(4.805.561)	31.582.380	(4.873.160)
Outras contas a receber	1.626.415	(2.952.708)	1.849.937	(3.188.147)
Despesas antecipadas	(168.301)	(294.874)	(168.301)	(294.874)
Deposito judiciais	528.260	310.844	528.260	310.844
Fornecedores	3.013.966	10.939.578	3.097.769	10.809.957
Obrigações trabalhistas e tributárias	44.857.051	35.035.280	47.549.304	33.619.175
Outras contas a pagar	(1.248.626)	(6.512.447)	(539.511)	(6.534.425)
Caixa gerado (usado) nas operações	<b>23.120.669</b>	<b>6.700.926</b>	<b>24.030.458</b>	<b>5.177.671</b>
<b>Das atividades de investimento</b>				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(31.268.293)	(1.985.855)	(31.218.290)	(1.841.824)
Arrendamento Mercantil - IFRS 16	19.147.007	-	19.147.007	-
Adições, Baixas, pagamentos e incorporações dos investimentos	(8.844.499)	-	(9.041.367)	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento	<b>(20.965.785)</b>	<b>(1.985.855)</b>	<b>(21.112.650)</b>	<b>(1.841.824)</b>
<b>Das atividades de financiamento com terceiros</b>				
Captações e amortização de empréstimos e financiamentos	27.310.800	(5.778.603)	27.504.369	(5.782.571)
Caixa proveniente (aplicado) nas atividades de financiamento com terceiros	<b>27.310.800</b>	<b>(5.778.603)</b>	<b>27.504.369</b>	<b>(5.782.571)</b>
<b>Das atividades de financiamento com acionistas</b>				
Dividendos pagos	(1.636.147)	-	(1.636.147)	-
Partes relacionadas	(39.529.168)	(1.150.643)	(27.907.131)	36.274
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	<b>(41.165.314)</b>	<b>(1.150.643)</b>	<b>(29.543.278)</b>	<b>36.274</b>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>10.307.030</b>	<b>4.335.108</b>	<b>21.159.221</b>	<b>3.928.809</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício	7.064.404	2.729.296	7.580.520	3.651.711
No final do exercício	17.371.434	7.064.404	28.739.741	7.580.520
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>10.307.030</b>	<b>4.335.108</b>	<b>21.159.221</b>	<b>3.928.809</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Progen Projetos Gerenciamento e Engenharia S.A. (“Companhia”) é uma Companhia de Capital Fechado. As principais atividades da Companhia incluem: atividades do ramo de prestação de serviços de Engenharia Consultiva nas áreas Civil, Mecânica, Elétrica, de Instrumentação e de Processos, Projetos, Gerenciamento e Fiscalização de Obras, Instalação e Implantação de Empreendimentos Industriais, Construção Civil, prestação de serviços de Arquitetura e Urbanismo e de Projetos Ferroviários, locação de mão-de-obra de serviços técnicos, prestação de serviços combinados de escritório e apoio administrativo, podendo, ainda, participar de outras sociedades e empreendimentos como sócia, acionista ou membro de consórcio.

A Companhia tem sua sede social localizada em São Paulo - SP, Largo do Arouche e filiais em mais seis cidades do Brasil.

### 1.1. Aprovação das demonstrações contábeis

A aprovação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ocorreu na reunião da Diretoria realizada em 31 de março de 2020.

## 2. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de todas as suas controladas diretas e indiretas, apresentadas abaixo e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o período estão incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as Companhias consolidadas.

Essas demonstrações contábeis apresentam os saldos das contas e transações da Companhia e das seguintes controladas:

## PROGEN PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

1. Progen Planway Engenharia e Consultoria Ltda.: prestação de serviços de projeto, consultoria, assessoria, fiscalização e gerenciamento de projetos e obras nas áreas de arquitetura, engenharia civil, engenharia de infraestrutura aeronáutica, engenharia elétrica, engenharia eletrônica e mecânica, estudos de viabilidade técnica, econômica e comercial em projetos de terminais aeroportuários de passageiros e de transporte, e gerenciamento da implantação dos projetos de terminais aeroportuários de passageiros e terminais de transporte;
2. Promotora Generadora de Ingenierías, S.A.P.I. DE C.V.: prestação de serviços técnicos e de gestão de construção e consultoria em plantas industriais, estudos de viabilidade técnica, econômica, assessoria, fiscalização e gerenciamento de projetos e obras nas áreas de arquitetura, engenharia civil, engenharia elétrica, engenharia eletrônica e mecânica, e comercial;
3. Progen Engenharia Peru: prestação de Serviços de engenharia para atender aos jogos Pan Americanos de Lima. Sucursal temporário a ser encerrada em 2020;
4. Progen Locações Ltda.: locação de automóveis sem condutor, transporte rodoviário de carga em geral, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal, bem como o agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação;
5. Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda.: instalação de máquinas e equipamentos industriais, construção de estações de energia elétrica, medição de consumo de energia elétrica.

A participação societária da Progen Projetos Gerenciamento e Engenharia S.A sobre suas controladas diretas encontra-se da seguinte forma:

	Participação	
	2019	2018
	Direta	Direta
Progen Planway Engenharia e Consultoria Ltda	99%	99%
Promotora Generadora de Ingenierías, S.A.P.I. DE C.V "México"	80%	80%
Progen Locações Ltda	99%	-
Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda.	99%	-
Progen - Peru	100%	-

### 3. Base de preparação

Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações contábeis individuais da Companhia e suas controladas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos quotistas da controladora.

As notas explicativas se referem às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

#### 4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

1. Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado;
2. Contingências;
3. Investimentos;
4. Benefício a empregados.

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs adotados requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis da companhia e suas controladas.

No entendimento da administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

#### 5. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações, novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada dessas normas por parte da Empresa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- a) CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Esta norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Esta norma substitui as normas de arrendamento existentes. A Companhia reconhece a partir de 2019 novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos muda porque a Companhia passa a reconhecer uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. A Companhia reconhecia até 2018 uma despesa de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento. A Companhia não teve impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros.

A nova norma fornece expedientes práticos, cuja, a eleição é opcional. A Companhia adotou os seguintes expedientes práticos:

- 1) Não reavaliou se o contrato é ou contém arrendamento na data da aplicação inicial, em vez disso, aplicou o CPC 06 (R2) a contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento, utilizando o CPC 06 (R1) e a ICPC 03;
- 2) Não separou componentes de não arrendamento de componentes de arrendamento considerando-os, então, como um único componente de arrendamento;
- 3) Não registrou os contratos com prazo superior a 12 meses, que na data de transição, se encerrarão dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- 4) Não registrou contratos de baixo valor;
- 5) Excluiu custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial;
- 6) Fez uso da percepção tardia, tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros; e
- 7) Aplicou uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como prazo de arrendamento remanescente similar, classes similares de ativos subjacentes em ambiente econômico similar).

Elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos (como, por exemplo, um contrato de locação de máquinas e/ou equipamentos com partes dos pagamentos baseados na produtividade do ativo) não são considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado. Em 01 de janeiro de 2019, o direito de uso de ativos de arrendamentos, bem como a obrigação de arrendamentos representam o montante de R\$ 21.688.706.

A Companhia tem reconhecido em 31 de dezembro de 2019 um ativo de direito de uso no montante de R\$ 20.330.379, um passivo circulante de arrendamentos de R\$ 6.535.554 e um passivo não circulante de arrendamento de R\$ 14.015.841. A Companhia adotou esta norma em 01 de janeiro de 2019 sem atualização das informações comparativas, bem como aplicou a norma para todos os contratos celebrados antes de 01/01/2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e a ICPC 03.

- b) Emissão da interpretação ICPC 22 - Incertezas no tratamento de impostos sobre a renda. Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração da norma CPC 32 - Tributos sobre o lucro, quando existir incertezas sobre o tratamento do imposto de renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019. A Companhia não teve impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2020 ou após, que ainda não tiveram as devidas alterações nas normas contábeis brasileiras e em seus respectivos pronunciamentos, e a Companhia apresenta abaixo a avaliação dos impactos da adoção destas normas em suas Demonstrações Contábeis:

- Alteração da norma IFRS 3 - Definição de negócio. Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos em possíveis eventos futuros de combinações de negócios ou aquisição de ativos;
- Alteração das normas IAS 1 e IAS 8 - Definição de materialidade. Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Alteração das normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 - Reforma da taxa de juros. Esclarece aspectos relacionados a taxa de juros em instrumentos financeiros de hedge. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

## 6. Consolidação

### 6.1. Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Transações intercompany, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre Companhias do grupo são eliminados. Perdas não realizadas também são eliminadas a não ser que a transação possua evidências de perda de valor ("impairment") do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram modificadas onde necessário para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

### 6.2. Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo, e o montante acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da coligada após a data de aquisição.

### 6.3. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas controladas, conforme quadro de resumo das participações societárias da Companhia na Nota Explicativa nº 2.

As demonstrações contábeis das Companhias controladas sediadas no exterior foram elaboradas originalmente em sua moeda local, em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas, e foram convertidas às práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).



#### 6.4. Moeda funcional e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

##### Operações no exterior

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, das controladas no exterior Promotora Geradora de Ingenierías, S.A.P.I. DE C.V., cuja moeda funcional é o Peso México (MXN) e Progen Peru, cuja moeda funcional é o Novo Sol (PEN) foram adaptadas às práticas contábeis adotadas no Brasil, quando aplicável, e estão convertidas para reais por meio dos seguintes procedimentos:

- I. Os ativos e passivos monetários são convertidos utilizando a taxa de fechamento da respectiva moeda para o Real, na data dos respectivos balanços;
- II. O patrimônio líquido inicial de cada balanço corresponde ao patrimônio líquido final do período anterior conforme convertido à época; as mutações do patrimônio líquido inicial durante o período corrente são convertidas pelas taxas das transações, em suas respectivas datas;
- III. As receitas, custos e despesas são convertidos pela taxa média mensal de câmbio;
- IV. As variações cambiais resultantes dos itens (I), (II) e (III) acima, são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, na rubrica de "Ajustes Acumulados de Conversão".

Na consolidação foram eliminados os saldos de investimentos e de ativos e passivos, decorrentes de transações efetuadas entre as sociedades.

## 7. Principais práticas contábeis

### 7.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

### 7.2. Aplicações em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

### 7.3. Ativos financeiros

#### 7.3.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial da contratação.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes", "Outras contas a receber", "Caixa e equivalentes de caixa", empréstimos e financiamentos.

### 7.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber ("impairment"). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela perda estimada para "impairment", se necessária.

#### 7.4.1 Contas a receber por competência - POC

O entendimento da Administração é de que a política de reconhecimento das receitas e custos das transações de serviços prestados deve ser reconhecido pelo método evolutivo de construção (POC - Percentage of completion), uma vez que a transferência dos riscos e benefícios ocorre de forma contínua, seguindo os seguintes procedimentos:

- a) O custo incorrido (mão de obra alocada, gastos com máquinas e equipamentos) correspondente aos serviços medidos é apropriado integralmente ao resultado;
- b) É apurado o percentual do custo incorrido dos serviços prestados, em relação ao seu custo total orçado, sendo este percentual aplicado sobre a receita de serviços, ajustado segundo as condições dos contratos, sendo assim determinado o montante das receitas e das despesas comerciais a serem reconhecidas;
- c) Na medida em que a receita dos serviços é realizada os valores provisionados no contas a receber são baixados contra a provisão do resultado.

#### 7.5. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

#### 7.6. Investimentos em controladas

A Companhia Progen Projetos Gerenciamento e Engenharia S.A. avalia e registra seus investimentos nas controladas Progen Planway Eng. e Consultoria Ltda., Promotora Geradora de Ingenierías, S.A.P.I. DE C.V., Progen Engenharia Peru, Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda. e Progen Locações Ltda. pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18. De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período, ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital ou de ajustes de exercícios anteriores (exceção feita para as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09) é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. Os

movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas com práticas consistentes e para o mesmo período de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

#### 7.7. Imobilizado

Demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 14, que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

A Companhia e suas Controladas não avaliaram o ativo imobilizado das Companhias pelo valor justo, considerando que: (i) O método do custo amortizado, deduzido das perdas estimadas, é o melhor método para avaliar o ativo imobilizado; (ii) O ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; e (iii) As Companhias possuem controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a companhia e suas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

#### Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são

agrupados no menor grupo de ativos, para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Não houve necessidade constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2018 e de 31 de dezembro de 2019.

#### 7.8. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada e quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, são submetidos a teste de avaliação do valor recuperável.

As composições são de Licenças de (software) adquiridas de programas de computador, que são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada pelas taxas descritas na Nota Explicativa nº 15.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelas Companhias do Grupo Progen e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 15.

#### 7.9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do

método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### 7.10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

#### 7.11. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### 7.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na

proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, quando aplicável, o imposto também será reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

#### 7.13. Benefícios a funcionários demitidos

Os benefícios de demissão são pagos sempre que o vínculo empregatício do funcionário é encerrado antes da data normal de aposentadoria ou

sempre que um funcionário aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios.

#### 7.14. Apuração do resultado

Os custos e as despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas de prestação de serviço são reconhecidas pelo regime de competência na medida em que as medições são apuradas e emitidas, com base nos serviços prestados.

Execução de projetos de engenharia

Serviços

As receitas de serviços prestados são reconhecidas na medida em que as medições são apuradas e emitidas.

Demais receitas

As demais receitas com prestação de serviços são reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e efetiva realização.

Despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a períodos futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### 7.15. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia será reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia quando aplicável e aprovado pelos Acionistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.



#### 7.16. Fluxo de caixa

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; e iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

#### 7.17. Arrendamento mercantil

##### 1. Direito de Uso do Ativo de arrendamento Mercantil

A Companhia adotou o pronunciamento IFRS 16/CPC 6 (R2) - Operações de arrendamento mercantil em 1º de janeiro de 2019, considerando como base de análise os contratos com ativos identificáveis, cujo controle do uso do ativo, benefícios econômicos, entre outros aspectos previstos no pronunciamento, são exclusivos da Companhia, independente da forma jurídica dada ao contrato. Contratos de prestação de serviços e acordos de fornecimento foram equiparados a contratos de arrendamento quando há ativo identificável.

Na data da adoção inicial, a Companhia utilizou a abordagem retrospectiva modificada, optando por mensurar o custo do direito de uso do ativo de arrendamento mercantil ao valor equivalente ao valor presente do passivo de arrendamento mercantil a pagar a partir de 1º de janeiro de 2019, sem qualquer atualização das informações comparativas.

A depreciação do direito de uso é calculada com base no prazo de vigência de cada contrato de arrendamento.

Os contratos de arrendamento mercantil com vigência inferior a doze meses e ativo identificável com valor de mercado inferior a 5.000,00 USD não foram enquadrados no IFRS 16.

## 2. Provisão com arrendamento mercantil

Na data de início, a mensuração do passivo provisão com arrendamento mercantil foi calculada com base no valor presente dos pagamentos fixos do arrendamento que não foram efetuados até essa data. Os valores das parcelas a pagar foram descontados pela taxa incremental sobre empréstimo (taxa de desconto), acrescidos de outras obrigações contratuais previstas nos contratos de arrendamento ajustados ao valor presente.

A Companhia optou por definir uma única taxa de desconto para arrendamentos com características similares, considerando como critério para definição da taxa de desconto os custos financeiros dos empréstimos e financiamentos para aquisição de ativos similares.

A taxa de desconto vigente e utilizada para o cálculo do valor presente da provisão com arrendamento mercantil dos ativos identificados e, conseqüentemente, para apropriação mensal dos juros financeiros, é taxa incremental anual dos contratos de empréstimos da Companhia de 11,17%, em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento.

O valor do ajuste ao valor presente será apropriado mensalmente como juros financeiros no resultado do exercício.

Determinações a respeito de: provisão de desmobilização (não possui custo significativo e portanto não foi considerado no custo de formação do ativo), os montantes já consideram os valores das parcelas atualizadas conforme as definições contratuais (IGPM, por exemplo), os prazos de arrendamento, foram estendidos, quando aplicável, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com pela valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens estar estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na linha do ativo imobilizado pela sua natureza (bem tangível com os investimentos realizados e a realizar), passivo a valor presente.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; e iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

## 8. Gestão de risco financeiro

### 8.1. Fatores de risco financeiro

A Alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

#### 1. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

#### 2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

#### (c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Saldos em 31 de dezembro de 2018		
Empréstimos e financiamentos	19.855.286	22.971.767
Fornecedores e outras contas a pagar	17.589.583	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		
Empréstimos e financiamentos	46.973.187	32.024.176
Arrendamentos a pagar IFRS 16	6.535.554	14.015.841
Fornecedores e outras contas a pagar	22.150.694	-

## 8.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo:

	31/12/2019	31/12/2018
Total dos empréstimos (Nota nº 16)	78.997.363	42.827.053
Menos: caixa e equivalente de caixa (Nota nº10)	(17.371.433)	(7.064.404)
Dívida líquida	61.625.930	35.762.649
Total do patrimônio líquido	80.483.753	69.722.490
Total do capital	57.680.612	57.680.612
Índice de alavancagem financeira - %	130,60%	194,96%

## 8.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 45 dias. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDB (Nota nº 10) e classificadas como empréstimos e recebíveis, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

PROGEN PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e Recebíveis
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>187.255.759</u>
Ativos, conforme o balanço patrimonial	
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	180.191.355
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	7.064.404
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u><u>252.292.617</u></u>
Ativos, conforme o balanço patrimonial	
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	234.921.184
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	17.371.433
	Outros passivos financeiros
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>63.212.407</u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial	
Empréstimos e financiamentos	42.827.053
Fornecedores	17.589.583
Outras contas a pagar	2.795.771
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u><u>101.148.057</u></u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial	
Empréstimos e financiamentos	78.997.363
Fornecedores	20.603.549
Outras contas a pagar	1.547.145

10. Caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixas e Bancos	5.856.011	699.198	6.582.733	1.123.006
Aplicações Financeiras	11.515.422	6.365.206	22.157.007	6.457.514
	<u>17.371.433</u>	<u>7.064.404</u>	<u>28.739.740</u>	<u>7.580.520</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata.

11. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Mercado interno	229.492.916	172.496.093	232.563.477	172.665.475
Mercado externo	987.226	963.251	987.226	1.015.846
	<u>230.480.142</u>	<u>173.459.345</u>	<u>233.550.703</u>	<u>173.681.321</u>
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	202.685.143	152.540.830	209.090.339	152.540.830
Vencidos até 30 dias	13.884.957	10.449.818	1.641.435	10.449.818
Vencidos de 31 a 60 dias	5.630.247	4.237.324	10.222.213	4.237.324
Vencidos de 61 a 90 dias	2.471.484	1.860.039	4.268.987	1.860.039
Vencidos acima de 90 dias	5.808.310	4.371.334	8.327.729	4.593.311
	<u>230.480.142</u>	<u>173.459.345</u>	<u>233.550.703</u>	<u>173.681.321</u>
Circulante	230.480.142	173.459.345	233.550.703	173.681.321
	<u>230.480.142</u>	<u>173.459.345</u>	<u>233.550.703</u>	<u>173.681.321</u>

A companhia está revisando a natureza de todo seu recebível no curso normal dos negócios, e até a presente data não identificou eventos ou condições não usuais que viessem ser necessários o uso de novas estimativas para um de ajuste contábil no exercício.

11.1. Outras Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento de férias	472.851	398.987	472.851	417.106
Adiantamento de fornecedores	2.044.224	4.635.004	2.044.224	4.635.004
Adiantamento de dividendos	-	-	463.105	701.105
Outros ativos	2.588.520	1.698.019	2.621.118	1.698.021
	<u>5.105.596</u>	<u>6.732.010</u>	<u>5.601.299</u>	<u>7.451.236</u>
Circulante	5.105.596	6.732.010	5.601.299	7.451.236
	<u>5.105.596</u>	<u>6.732.010</u>	<u>5.601.299</u>	<u>7.451.236</u>

PROGEN PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
IRRF a Recuperar	846	2.310.304	11.121	2.347.874
PIS a Recuperar	481.302	739.038	485.528	747.964
COFINS a Recuperar	2.230.503	2.042.958	2.244.740	2.084.151
CSLL a Recuperar	1.519.343	1.851.781	1.545.970	1.862.915
INSS a Recuperar (a)	1.443.476	4.570.796	1.443.476	4.570.796
IRPJ Negativo	1.303.653	6.406.979	1.308.158	6.411.484
CSLL Negativo	1.384.685	3.282.138	1.385.823	3.283.276
IRRF A Recuperar Exterior	-	93.256	-	93.256
Crédito Tributário (b)	-	18.666.169	-	18.666.170
Outros Impostos	223.299	156.390	224.343	163.654
	<u>8.587.107</u>	<u>40.119.808</u>	<u>8.649.159</u>	<u>40.231.539</u>

1. A Cia optou pela realização da baixa dos créditos de INSS no valor de R\$ 4.300.518, por entender não haver perspectiva de realização dos saldos em períodos futuros;
2. O crédito tributário de R\$ 18.666.169 foi compensado via obrigações acessórias para pagamento de tributos federais em sua totalidade no decorrer do ano de 2019;
3. O crédito tributário de R\$ 93.256 foi baixado para resultado devido ao prazo prescricional.

PROGEN PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimentos

Descrição	Progen Planway Engenharia e Consultoria Ltda.	Valpro Gerenciamento de Obras Ltda.	Promotora Ingenieria SPA (Chile)	Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A	Progen Peru	Total
Capital social da controlada	300.000	500.000	4.783	11.000.600	-	11.805.383
Quantidade de quotas possuídas	299.970	245.000	4.783	5.500.300	-	6.050.053
Patrimônio líquido	625.871	769.848	86.872	6.570.727	569.566	8.622.884
% participação societária	99,99%	49%	100,00%	50,00%	100,00%	
Lucro/(Prejuízo) do exercício	(11.788)	(246.778)	197.728	(4.429.873)	567.454	(3.923.257)
Valor contábil do investimento 31 de dezembro de 2018	637.748	377.225	516.754	-	-	1.531.727
Aumento/(baixa) de investimento	-	-	(516.754)	11.000.000	-	10.483.246
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(11.787)	(120.921)	-	(2.214.937)	567.454	(1.780.191)
Valor contábil do investimento 31 de dezembro de 2019	625.961	256.304	-	8.785.064	567.454	10.234.782

As investidas a seguir apresentaram no exercício de 2019, patrimônio líquido negativo, nesta situação, o procedimento contábil, na investidora, é registrar normalmente a equivalência patrimonial e apresentar os saldos negativos em seu passivo, como "Provisão para Perdas com Investimento". O procedimento com as empresas coligadas, é diminuir o saldo ativo do investimento até que este esteja "zerado", não se registrando, portanto, qualquer parcela a título de investimento negativo.

Segundo a determinação do CPC 18, esses valores foram apresentados no grupo do passivo não circulante.



PROGEN PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Promotora Geradora de Ingenierias S.A.P.I de C.V. (Mexico)	Progen Locações Ltda	Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda	Total
Capital social da controlada	42	50.000	1.000	51.042
Quantidade de quotas possuídas	34	49.500	990	50.524
Patrimônio líquido	(1.189)	(160)	(1.541.469)	(1.542.818)
% participação societária	80,00%	99,00%	99,00%	
(Prejuízo)/lucro do exercício	(263)	(160)	(1.241.902)	(1.242.325)
Valor contábil do investimento 31 de dezembro de 2018	(659)	-	-	(659)
Aumento/(baixa) de investimento	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(210)	(158)	(1.229.483)	(1.229.852)
Valor contábil do investimento 31 de dezembro de 2019	(869)	(158)	(1.229.483)	(1.230.511)

PROGEN PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado

a. Composição do saldo - Controladora

	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipos.	Móveis e Utensílios	Veículos	Inform. - Hardware	Adto. Imobilizado	Outras Imobilizações	Direito de Uso Veículos	Direito de Uso Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	41.900	1.322.374	475.342	3.462.595	817.234	6.766.479	-	-	-	-	12.885.924
Adições	-	730.892	1.790.682	273.949	232.900	55.100	96.321	20.259	-	-	3.200.102
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	41.900	2.053.266	2.266.024	3.736.544	1.050.134	6.821.579	96.321	20.259	-	-	16.086.026
Adições	929.335	203.250	4.407.051	453.768	6.649.140	-	-	467.060	12.723.554	9.011.213	34.844.370
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	971.235	2.256.516	6.673.074	4.190.312	7.699.274	6.821.579	96.321	487.319	12.723.554	9.011.213	50.930.397

(a.1.) Composição do Saldo - Controladora (depreciação)

	Benfeitorias 10% a 20%	Instalações 10%	Máquinas e Equipos 10%	Móveis e Utensílios 10%	Veículos 20%	Inform. - Hardware 20%	Outras Imobilizações	Direito de Uso Veículos	Direito de Uso Imóveis	Total
Taxa de depreciação	10% a 20%	10%	10%	10%	20%	20%	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	279	794.371	334.348	2.578.763	610.613	6.641.114	-	-	-	10.959.488
Depreciação	1.676	182.667	106.166	248.618	174.464	102.576	338	-	-	816.505
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.955	977.038	440.514	2.827.381	785.077	6.743.690	338	-	-	11.775.993
Depreciação	20.616	199.973	437.922	269.262	809.968	31.085	74.111	353.432	1.050.956	3.247.324
Saldos em 31 de dezembro de 2019	22.571	1.177.011	878.436	3.096.643	1.595.045	6.774.775	74.449	353.432	1.050.956	15.023.318

PROGEN PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a.2) Valor Líquido (bens - depreciação)

	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Inform. - Hardware	Adto. Imobilizado	Outras Imobilizações	Direito de Uso Veículos	Direito de Uso Imóveis
Saldos em 31 de dezembro de 2017	41.621	528.003	140.994	883.831	206.621	125.365	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	39.945	1.076.228	1.825.510	909.162	265.057	77.888	96.321	19.921,26	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	948.664	1.079.505	5.794.638	1.093.669	6.104.228	46.804	96.321	412.870	12.370.122	7.960.257

b. Composição do saldo - Consolidado

	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Inform. - Software	Adto Imobilizado	Outras Imobilizações	Direito de Uso Veículos	Direito de Uso Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	41.900	1.322.374	525.006	3.550.787	817.234	6.926.315	-	-	-	-	13.183.616
Adições	-	730.892	1.790.682	273.949	232.900	55.100	96.321	20.259	-	-	3.200.102
Baixas	-	-	-	(50.763)	-	(778)	-	-	-	-	(51.541)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	41.900	2.053.266	2.315.688	3.773.973	1.050.134	6.980.637	96.321	20.259	-	-	16.332.177
Adições	929.335	203.250	4.390.670	483.520	6.649.140	-	-	467.060	12.723.554	9.011.213	34.857.742
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	971.235	2.256.516	6.706.358	4.257.493	7.699.274	6.980.637	96.321	487.319	12.723.554	9.011.213	51.189.919

PROGEN PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b.2) Composição do Saldo - Consolidado (depreciação)

	Máquinas e						Outras Imobilizações	Direito de Uso Veículos	Direito de Uso Imóveis	Total
	Benfeitorias	Instalações	Equipos	Móveis e Utensílios	Veículos	Inform. - Hardware				
Taxa de depreciação	10% a 20%	10%	10%	10%	20%	20%	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	279	794.371	347.257	2.617.665	610.613	6.795.857	-	-	-	11.166.042
Depreciação	1.676	182.667	107.433	253.028	174.464	107.611	338	-	-	827.217
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.955	977.038	454.690	2.870.693	785.077	6.903.468	338	-	-	11.993.259
Depreciação	20.616	199.973	439.189	273.604	809.968	31.422	74.111	353.432	1.050.956	3.253.271
Saldos em 31 de dezembro de 2019	22.571	1.177.011	893.879	3.144.298	1.595.045	6.934.890	74.449	353.432	1.050.956	15.246.530

(b.3) Valor Líquido (bens - depreciação)

	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipos	Móveis e Utensílios	Veículos	Inform. - Hardware	Adto Fornec Imobilizado	Outras Imobilizações	Direito de Uso Veículos	Direito de Uso Imóveis
Saldos em 31 de dezembro de 2017	41.621	528.003	147.999	912.111	206.621	129.679	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	39.945	1.076.228	1.831.246	933.032	265.057	77.168	96.321	19.921	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	948.664	1.079.505	5.812.478	1.113.195	6.104.228	45.747	96.321	412.870	12.370.122	7.960.256

PROGEN PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Intangível

	Controladora	Consolidado
Custo	Software	Software
Saldos em 31 de dezembro de 2017	21.468.193	21.797.985
Adições	67.950	67.950
Baixas	(2.230)	(25.287)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	21.533.913	21.840.648
Adições	19.224	19.224
Baixas	-	(279.034)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>21.553.137</u>	<u>21.580.838</u>
Amortização acumulada		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	20.310.647	20.501.219
Adições	463.462	522.184
Baixas	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>20.774.109</u>	<u>21.023.403</u>
Adições	347.977	348.940
Baixas	-	(222.569)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>21.122.086</u>	<u>21.149.774</u>
Valor contábil líquido		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.157.546	1.296.766
Saldos em 31 de dezembro de 2018	759.804	817.245
Saldos em 31 de dezembro de 2019	431.051	431.064

16. Empréstimos e financiamentos

16.1. Controladora

Tipo de Operação	Taxa	Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018
Finep	TJLP+5%	7.039.768	3.364.566
Santander	CDI + 6,42% a.a	4.500.057	6.749.799
Banco do Brasil	CDI + 3,900% a.a. á CDI + 4,650% a.a. + 5,650% a.a.	25.425.962	29.030.043
Bradesco	18,016% a.a.	2.600.000	1.017.971
Pine	15,938% a.a à 20,698% a.a.	336.774	2.778.684
Banco Itau	0,93% am / 11,75%aa	5.595.549	-
Banco Luso	CDI 100% + 0,600% a.a	15.061.267	-
Banco BS2	CDI 100% + 0,549% a.a	5.695.524	-
Banco Industrial	Selic 100% + 8,124% a.a	10.326.365	-
Saldo negativo bancario		581.004	-
Duplicatas descontadas		2.298.287	-
Juros apropriar sobre empréstimo		(463.194)	(114.010)
		<u>78.997.363</u>	<u>42.827.053</u>
Circulante		46.973.187	19.855.286
Não Circulante		32.024.176	22.971.767
		<u>78.997.363</u>	<u>42.827.053</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.2. Consolidado

Tipo de Operação	Taxa	Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018
Finep	TJLP+5%	7.039.768	3.364.566
Santander	CDI + 6,42% a.a	4.500.057	6.749.799
Banco do Brasil	CDI + 3,900% a.a. á CDI + 4,650% a.a. + 5,650% a.a.	25.425.962	29.030.043
Bradesco	18,016% a.a.	2.600.000	1.017.971
Pine	15,938% a.a à 20,698% a.a.	336.774	2.778.684
Banco Itau	0,93% am / 11,75%aa	5.595.549	-
Banco Luso	CDI 100% + 0,600% a.a	15.061.267	-
Banco BS2	CDI 100% + 0,549% a.a	5.695.524	-
Banco Industrial	Selic 100% + 8,124% a.a	10.326.365	-
Saldo negativo bancario		760.840	-
Duplicatas descontadas		2.298.287	-
Juros apropriar sobre empréstimo		(463.194)	(114.010)
		<u>79.177.199</u>	<u>42.827.053</u>
Circulante		47.153.023	19.855.292
Não Circulante		32.024.176	22.971.767
		<u>79.177.199</u>	<u>42.827.059</u>

Garantias e Fianças

A Controladora é tomadora de fianças bancárias, decorrente da operação junto ao Banco Bradesco e Banco do Brasil que em 31/12/2019, tinham a seguinte composição:

- R\$ R\$ 7.414.894 (sete milhões, quatrocentos e quatorze mil, oitocentos e noventa e quatro reais), junto ao Banco do Brasil, vencimento em 12 de dezembro de 2020, cujo beneficiário é o FINEP (\*);

(\*) (\*) O empréstimo que a Controladora tem junto à FINEP, tem o prazo de amortização em até 01 (um) ano, não renováveis. Dado que a FINEP exige, contratualmente, que a fiança para o novo período seja entregue com 60 dias de antecedência, há neste período, uma superposição de valores. Trata-se, entretanto, do mesmo risco.

16.3. Arrendamentos a pagar IFRS - 16

Direito de uso arrendamento mercantil	31/12/2019			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Imóveis	9.011.213	(1.050.956)	7.960.256	
Veículos	12.723.554	(353.432)	12.370.122	
Total	<u>21.734.767</u>	<u>(1.404.388)</u>	<u>20.330.379</u>	
Movimentação dos ativos de direito de uso:				
Direito de uso arrendamento mercantil	01/01/2019	Adições	Depreciação	31/12/2019
Imóveis	21.734.767	-	(1.404.388)	20.330.379
Total	<u>21.734.767</u>	<u>-</u>	<u>(1.404.388)</u>	<u>20.330.379</u>

PROGEN PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019
Provisão com arrendamentos mercantis	24.484.001
Ajuste ao valor presente	(3.932.606)
	<u>20.551.395</u>
Passivo circulante	6.535.554
Passivo não circulante	14.015.841
	<u>20.551.395</u>

17. Obrigações trabalhistas e tributárias

Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ordenados e Salários	13.604.856	7.055.919	13.604.856	7.080.992
Provisão de Férias e 13º Salário	17.635.343	11.632.483	17.635.343	11.736.940
INSS retido na fonte	34.183.179	5.053.428	34.580.697	5.080.839
INSS a Recolher - Desoneração	31.366.056	13.290.498	31.366.056	13.290.498
INSS Parcelado (a)	17.734.103	23.141.552	17.734.103	23.141.552
IRRF sobre salario	11.111.247	14.267.681	11.143.420	14.306.862
FGTS a Recolher	1.784.315	918.904	1.874.006	923.157
Outras Obrigações	193.525	849.755	197.164	897.536
	<u>127.612.623</u>	<u>76.210.220</u>	<u>128.135.644</u>	<u>76.458.376</u>

Tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ISS a Recolher	591.417	219.649	592.466	221.616
PIS a Recolher	2.875.457	3.597.562	2.928.525	3.612.087
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	2.941.328	1.034.196	2.942.985	1.038.753
IR a Recolher	2.348.627	1.926.733	4.477.511	1.929.249
Cofins a Recolher	12.371.729	15.485.063	12.619.068	15.551.609
IRRF sobre alugueis a recolher	265.203	219.204	265.763	219.763
IRPJ A Recolher	529.554	5.915.167	530.155	5.915.167
CSLL A Recolher	-	22.112	163	56.129
IRPJ Parcelamento (b)	602.585	635.540	602.585	635.540
ISS Parcelamento (c)	5.688.861	4.406.037	5.688.861	4.406.037
Juros parcelamento a transcorrer	(3.991.596)	(4.657.441)	(3.991.596)	(4.657.441)
Outros impostos	10.295	2.616	14.591	2.616
	<u>24.233.459</u>	<u>28.806.438</u>	<u>26.671.077</u>	<u>28.931.126</u>
Total Trabalhistas + Tributárias	<u>151.846.082</u>	<u>105.016.658</u>	<u>154.806.721</u>	<u>105.389.502</u>

PROGEN PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	137.706.311	90.575.655	140.666.950	90.948.499
Não circulante	14.139.771	14.441.003	14.139.771	14.441.003
	<u>151.846.082</u>	<u>105.016.658</u>	<u>154.806.721</u>	<u>105.389.502</u>

Reconciliação dos saldos e das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes da tributação	14.928.387	6.238.543	14.972.899	5.902.066
Ajuste contábil balanço Argentina				
Compensação	(9.511.579)	(2.971.859)	(9.511.579)	(2.971.859)
Adições	17.584.457	3.967.051	17.584.457	3.967.051
Exclusões	(807.579)	(299.397)	(807.579)	(299.397)
Lucro tributável	<u>22.193.685</u>	<u>6.934.338</u>	<u>22.238.198</u>	<u>6.597.861</u>
Base de cálculo de Imposto de Renda	22.193.685	6.934.338	22.238.198	6.597.861
Adicional de 10% (excluindo a parcela	<u>1.605.793</u>	<u>669.434</u>	<u>1.605.793</u>	<u>669.434</u>
Imposto de renda corrente	5.524.428	1.040.151	6.271.725	1.084.752
Contribuição social corrente	<u>1.997.434</u>	<u>624.090</u>	<u>1.997.434</u>	<u>624.090</u>
Imposto de Renda e Contribuição	<u>7.521.862</u>	<u>1.664.241</u>	<u>8.269.159</u>	<u>1.708.843</u>

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Com base em estudos e projeções efetuados para os períodos seguintes e considerando os limites fixados pela legislação vigente, a expectativa da Administração da Companhia é de que os créditos tributários existentes sejam realizados no prazo máximo de cinco anos.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia e controladas, apresentavam os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos Judiciais	422.074	950.334	422.074	950.334
Contingências Trabalhistas	(3.283.291)	(2.149.279)	(3.283.291)	(2.149.279)
	<u>(2.861.217)</u>	<u>(1.198.945)</u>	<u>(2.861.217)</u>	<u>(1.198.945)</u>

Movimentação da provisão para contingências

	Provisão para contingência	Depósitos Judiciais
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.149.279)	950.334
Adições	(1.617.193)	-
Reversões	483.181	(528.260)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(3.283.291)</u>	<u>422.074</u>

(a) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos, cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

(b) Contribuição previdenciária

A Companhia respaldada na Certidão de Objeto e Pé nº 4249146-UVIP, referente ao Processo nº 0002035-58.2011.4.03.6100 da 10ª Vara Federal de São Paulo, em que obteve decisão judicial favorável a seu pleito de afastamento da incidência previdenciária sobre o Aviso Prévio Indenizado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e terço constitucional de férias e seus reflexos, onde, até a data da certidão (13 de fevereiro de 2015), os autos encontram-se sobrestados aguardando o julgamento dos paradigmas RE STF nº 593.068/SC e RESP STJ nº 1.230.957/RS e, após o trânsito em julgado dos paradigmas citados, será enviado à conclusão da Desembargadora Federal Vice Presidente, para juízo de admissibilidade.

Para maior evidência da não constituição de provisão sobre tais verbas, a Companhia obteve um "Legal Opinion", em que conclui como remotas a decisão de perda do pleito e não havendo a necessidade de provisionar eventual contingência, nos termos que dispões o item 14, do CPC 25.

(c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2019 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima o valor de R\$ 77.937.770 decorrentes de causas trabalhistas, cíveis e tributárias, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia é indicada para a uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

19. Partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Contas a Receber		
Progen Energy	11.542.363	431.680
Promotora Geradora (Mexico)	598.684	598.684
Tux Adm de Bens Imóveis Part Ltda.	550.000	550.000
Filial Argentina	86.462	135.400
Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A	27.500.076	-
Valpro Gerenciamento de Obras Ltda.	152.546	-
Progen Locações Ltda	162	-
Empréstimo Acionista	376.095	33.562
Total partes relacionadas	<u>40.806.389</u>	<u>1.749.327</u>
Circulante	15.000.000	-
Não Circulante	25.806.389	1.749.327

## PROGEN PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Contas a Pagar		
Valpro Gerenciamento de Obras Ltda.	-	467.292
Progen Planway Engenharia e Consultoria Ltda.	157.574	162.387
Total partes relacionadas	<u>157.574</u>	<u>629.680</u>
Circulante	-	-
Não Circulante	157.574	629.680

### Remuneração do pessoal-chave

A remuneração dos diretores e conselho de administração que corresponde a benefícios de curto prazo até 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 360.000.

Há benefício concedido de uso de veículos somente aos diretores.

A Companhia é regida pelo Conselho de Administração, formado inicialmente por três membros. A Diretoria é composta por três Diretores.

## 20. Patrimônio líquido

### (a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado em 31/12/2019, é de R\$ 57.680.611,68 (R\$ 57.680.611,68 em 31/12/2018), e estão representados por 32.930.609 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 3.661.243 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

O BNDESPAR participa no Capital da Companhia, com o montante de R\$ 24.750.002,68, correspondentes a participação de 10% do bloco acionário da Companhia, representadas por 3.661.243 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, com direito a 01 assento no Conselho de Administração.

### (b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

(c) Dividendos

Conforme disposição estatutária aos acionistas estão assegurados dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

(d) Destinação do lucro líquido

A Administração proporá na Assembleia Geral Ordinária a absorção do prejuízo líquido do exercício, com o saldo existente na conta de reserva de lucros da Companhia.

Em decorrência do acima descrito, o lucro líquido da Companhia tem sido destinado da seguinte forma:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Reserva Legal (5%)	370.326	195.243
Reserva Estatutária (15%)	1.055.430	556.444
Distribuição de Dividendos (25%)	1.759.050	927.406
Reserva para investimentos	4.221.719	2.225.775
	<u>7.406.524</u>	<u>3.904.868</u>

21. Receita Líquida de vendas

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços vendidos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita Bruta de vendas	447.401.797	276.332.160	464.935.210	278.530.886
Impostos Incidentes	(79.865.752)	(42.018.156)	(79.912.692)	(42.103.444)
Receita Líquida de vendas	<u>367.536.046</u>	<u>234.314.004</u>	<u>385.022.517</u>	<u>236.427.442</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Despesas e custos

22.1. Por função

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custo dos serviços prestados	(294.396.675)	(198.929.840)	(307.986.377)	(199.336.289)
Despesas gerais e administrativas	(35.030.144)	(25.630.726)	(38.857.532)	(27.615.030)
	<u>(329.426.819)</u>	<u>(224.560.566)</u>	<u>(346.843.909)</u>	<u>(226.951.319)</u>

22.2. Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Com pessoal	(237.548.439)	(144.021.008)	(238.797.353)	(144.885.229)
Custo e despesas - Serv. Terceiros	(45.771.284)	(44.146.120)	(59.787.975)	(44.159.511)
Viagens, hospedagens, locomoção e	(16.419.042)	(11.068.112)	(16.534.344)	(11.098.791)
Serviços de Informática	(3.924.388)	(3.606.242)	(3.924.388)	(3.640.238)
Aluguel	(3.482.118)	(2.156.184)	(3.491.426)	(2.156.184)
Depreciação e amortização	(3.595.713)	(816.504)	(3.602.628)	(830.141)
Serviços prestados	(1.969.203)	(4.276.737)	(2.102.289)	(4.380.647)
Manutenção	(5.132.590)	(2.732.966)	(5.222.326)	(2.732.966)
Energia elétrica, água e gás	(556.613)	(484.342)	(557.663)	(484.342)
Impostos e taxas - diversos	(55.910)	(955.297)	(542.760)	(1.012.307)
Outros Serviços	-	(1.732.017)	(861)	(2.951.962)
Despesas com vendas, gerais e	(10.971.520)	(4.104.840)	(12.279.897)	(4.114.205)
Outras Desp.	-	(4.460.196)	-	(4.504.795)
	<u>(329.426.819)</u>	<u>(224.560.566)</u>	<u>(346.843.909)</u>	<u>(226.951.319)</u>

23. Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Impostos PIS/COFINS	-	9.241.761	-	9.241.761
Outras receitas (despesas) Operacionais	(2.551.242)	(4.918.559)	(2.547.632)	(4.913.380)
	<u>(2.551.242)</u>	<u>4.323.202</u>	<u>(2.547.632)</u>	<u>4.328.381</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receita Financeira</b>				
Aplicação Financeira	604.977	12.049	605.463	12.837
Descontos Obtidos	69.758	316.661	69.758	316.661
Juros Ativos	3.715.739	4.732.620	3.715.739	4.732.620
Variação Cambial ativa	231.782	434.361	300.318	453.242
	<b>4.622.256</b>	<b>5.495.691</b>	<b>4.691.279</b>	<b>5.515.360</b>
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Despesa Financeira</b>				
Despesa Bancária	(661.914)	(152.390)	(671.967)	(157.471)
Juros Passivos	(8.631.781)	(7.201.807)	(8.631.824)	(7.216.456)
Descontos concedidos	(4.390)	(373.700)	(4.390)	(373.702)
Imposto sobre Operações financeiras	(776.692)	(152.297)	(777.026)	(158.136)
Variação Cambial Passiva (d)	(756.793)	(169.323)	(827.659)	(170.098)
Deságio clientes	(3.853.240)	(1.306.652)	(3.853.240)	(1.306.652)
Mora/ Multa	(6.804.426)	(3.234.787)	(6.804.505)	(3.235.305)
Outras	(752.212)	(796.190)	(1.454.996)	(799.892)
	<b>(22.241.447)</b>	<b>(13.387.147)</b>	<b>(23.025.607)</b>	<b>(13.417.712)</b>
	<b>(17.619.191)</b>	<b>(7.891.456)</b>	<b>(18.334.329)</b>	<b>(7.902.353)</b>

25. Valor justo de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e, de acordo com avaliação da administração da Empresa, não existem instrumentos financeiros classificados nas categorias de mantidos até o vencimento e mantidos para venda:

	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	17.371.433	-	-
Contas a receber de clientes	-	230.480.142	-
Outras contas a receber	-	5.105.596	-
Partes relacionadas	-	40.806.389	-
<b>Total</b>	<b>17.371.433</b>	<b>276.392.127</b>	<b>-</b>
<b>Passivos</b>			
Empréstimos e financiamentos	-	78.997.363	-
Arrendamento mercantil	-	20.551.395	-
Fornecedores	-	-	20.603.549
Outras contas a pagar	-	-	1.547.145
Partes relacionadas	-	-	157.574
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>99.548.759</b>	<b>22.308.268</b>

#### Risco de mercado

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros e fluxos de caixa futuros.

##### 26.1. Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados para o exterior ou aumentem valores decorrentes da aquisição de insumos importados.

Para minimizar este risco, a Companhia monitora as exposições e gerenciam o risco avaliando a necessidade ou não da utilização de instrumentos financeiros de proteção cambial (Derivativos).

##### 26.2. Análise de sensibilidade

Conforme instrução CVM nº 475/08 e CPC 40 (IFRS 7), a Companhia, para fins de análise de sensibilidade dos riscos de mercado, analisa conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira.

Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a Administração adotou como cenário provável os valores da curva futura da oscilação da moeda, com base em projeções e informações de mercado. Como referência, aos demais cenários, foram consideradas a deterioração e apreciação com variações entre 25% e 50% sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos saldos apresentados nos registros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2019 não houve necessidade de registro de perda por "impairment" e no ato da aquisição da participação foi observado o CPC 15 - Combinação de Negócios, foi verificado o tratamento contábil em combinação de negócios quanto ao reconhecimento e mensuração de ativos adquiridos e passivos assumidos e ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill").

A Companhia e suas Controladas avaliam periodicamente o valor recuperável de seus investimentos.

#### 26. Seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para os ativos imobilizados, cobertura está considerada suficiente pela Administração para cobrir os riscos possíveis de seus ativos e/ou responsabilidades. Os demais ativos não possuem

cobertura, pois a Administração entende que o risco de perda com estes ativos é considerado remoto. Dada a sua natureza, coberturas de seguros não fazem parte do escopo de auditoria, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

## 26. Eventos subsequentes

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um novo surto de Coronavírus, originário de Wuhan, China (o "surto de COVID-19") e os riscos para a comunidade internacional, considerando a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia, com base no rápido aumento da exposição global.

A Progen está seguindo as determinações das legislações municipais e/ou estaduais e paralisando, pelo período exigido nas referidas leis, suas atividades nas localidades em que ocorreram determinações neste sentido.

As medidas que está adotando para zelar pela sociedade como um todo, dar continuidade à prestação de seus serviços ao público, bem como proteger os seus colaboradores e de suas controladas/concessionárias contra as ameaças da doença contagiosa COVID-19, caracterizado pela Organização Mundial da Saúde como pandemia ("Coronavírus").

Atenta ao cenário atual e aos desdobramentos da pandemia, a Companhia adotou as seguintes principais medidas para apoiar na prevenção do Coronavírus:

### Escritório

- (i) Criação de um comitê de crise para gerir as ações resultantes desta pandemia;
- (ii) Disponibilização de canal de Gestão Integrada de Saúde, com atendimento médico telefônico, disponível 24 horas por dia, para colaboradores e seus dependentes e esclarecimentos de dúvidas pela equipe de Saúde Ocupacional;
- (iii) Isolamento domiciliar para todos os colaboradores que retornarem de viagens internacionais, mediante comunicação à equipe de Saúde Ocupacional;
- (iv) Utilização de equipamentos de proteção para equipes que ainda estão atuando, seguindo todas as orientações de distanciamento e higienização recomendadas pela OMS;



- (v) Afastamento domiciliar monitorado para colaboradores que apresentem tosse, febre ou falta de ar, com supervisão da equipe de Saúde Ocupacional;
- (vi) Suspensão de viagens nacionais e internacionais; e
- (vii) Recomendação de regime de home office para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho.

#### Obras

- I. Colaboradores de grupo de risco e grávidas trabalham em regime home office;
- II. Colaboradores gripados ou que manifestarem quaisquer sintomas, não podem comparecer ao trabalho e são orientados a voltar para casa e;
- III. Acesso à obra é realizado apenas após realização de checagem de temperatura (utilizando termômetro a laser - sem contato físico) e de existência de sintomas gripais;
- IV. Fornecimento de kit higiênico individual contendo: sabonete / sabão, frasco de álcool gel individual (frasco menor);
- V. Higienização constante das ferramentas e veículos que são compartilhadas;
- VI. Nos alojamentos foi realizada redistribuição de pessoas para que seja acomodada uma única pessoa por quarto, além de aumento de visitas de fiscalização e orientação aos colaboradores sobre os riscos de contato;
- VII. Criação de turnos para lanches, cafés e almoços de 20 a 30 minutos nos refeitórios, para viabilizar o distanciamento de, no mínimo, 1,5 m entre os colaboradores;
- VIII. Aumento de pontos de higienização e distribuição de álcool-gel para os colaboradores;
- IX. Manutenção dos lavatórios, vasos e chuveiros funcionando, com sabão, toalhas de papel e lixeiras à disposição sendo higienizados constantemente;
- X. Instalação de torneiras para abastecimento de água para os copos e garrafas;
- XI. Realização das DSSMA em áreas abertas, priorizando a divulgação de informações sobre coronavírus e estendendo a orientação para familiares e amigos;
- XII. Nos locais de trabalho: espaçamento mínimo de 1,5 m entre os colaboradores, evitando contato direto;
- XIII. Intensificação da comunicação de prevenção e conscientização, com produção de cartazes orientativos, utilizando sempre material oficial divulgado pela Progen.

Em resposta ao possível impacto econômico advindo da evolução do COVID-19 no Brasil, a Companhia está tomando medidas imediatas para preservar sua posição financeira, tais como: preservação do caixa, contenção de despesas e priorização dos investimentos. A Progen sempre adotou os mais elevados padrões de gestão financeira, e essa disciplina certamente será de muita valia para enfrentar esse momento extraordinário.

A Progen segue comprometida com a segurança de seus colaboradores e das comunidades das regiões onde atua, bem como é orientado pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa. A Companhia manterá os seus acionistas e o mercado em geral informados sobre os futuros desdobramentos do tema.

Diante da situação de pandemia no Brasil, a Progen junto aos governos municipais, estaduais e os principais hospitais do país, se uniram e firmaram contratos com o objetivo de construir hospitais de campanha em pontos estratégicos de algumas cidades dos estados de São Paulo, Piauí, Pará entre outros, de maneira a aumentar o número de leitos de UTI no combate a COVID-19. Este trabalho, até a data deste relatório vem alavancando as receitas da companhia neste período, sem prejuízos ou perdas em sua operação.

A Administração está monitorando ativamente a situação global em suas condições financeiras, liquidez, operações, fornecedores, setor e força de trabalho. Dada a evolução diária do surto de COVID-19 e as respostas globais para reduzir sua propagação, a Empresa ainda não consegue estimar os efeitos do surto de COVID-19 em seus resultados operacionais, condição financeira ou liquidez para o exercício de 2020.